



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Portugal – Uma estratégia para o crescimento
Grupo de Trabalho II. Requalificação e Emprego

Relatório sectorial

5 de Abril de 2017

Membros do Grupo de Trabalho	2
Resumo executivo	3
Introdução	5
Ambiente Institucional	6
Competências	7
Requalificação	8
Funções do sistema educativo	9
Funcionamento do mercado de trabalho.....	10
Descapitalização das empresas	12
Plano Estratégico Nacional	13



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Membros do Grupo de Trabalho

Célia Reis – Directora Geral da Altran Portugal

Daniel Traça - Director da Nova SBE

Diogo Simões Pereira – Director Geral da EPIS

Jaime de Lacerda – Director Geral do Forum para a Competitividade

João Alves – Coordenador de Projectos Inovação e Controlo de Qualidade da
ATEC

João Carlos Costa – Administrador Técnico da ATEC

João Duque – Professor Catedrático, ISEG

Joaquim Cadete – Director do “Master in Finance”, Católica Lisbon

Jorge Couto – Country President e Administrador Delegado da Securitas Portugal

Luís Reis – CCCO da Sonae, SGPS

Nuno Fernandes Thomaz – Vogal do Conselho Directivo do Forum para a
Competitividade

Pedro Braz Teixeira – Director do Gabinete de Estudos do Forum para a
Competitividade

Pedro Portugal – Professor Catedrático, Nova SBE, Departamento de Estudos
Económicos do Banco de Portugal

Vítor da Conceição Gonçalves – Professor Catedrático, Presidente do
Departamento de Gestão do ISEG

Relator

Nuno Fernandes Thomaz



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Resumo executivo

Dado o défice de formação da mão-de-obra portuguesa, a sua requalificação terá que ser um elemento chave de uma estratégia de crescimento robusto e sustentável a 10 anos.

A maioria das pessoas em Portugal ainda não se apercebeu de que estamos a viver uma mudança de paradigma na economia e na sociedade – tão mais complexa quanto a velocidade de mudança na economia é muito superior à velocidade de adaptação da sociedade a essa mudança.

A globalização, a economia digital, e a indústria 4.0 (a Quarta Revolução Industrial) fazem antever um ambiente institucional muito diferente, quer na estrutura e dimensão dos agentes económicos, quer na formação que estes vão requerer para os seus quadros, quer no conteúdo das relações de trabalho que vão cultivar.

Sobreviverá, e vencerá, quem (pessoas e países) tiver maior e mais rápida capacidade de adaptação à mudança.

Consideramos que as medidas prioritárias para fazer face a estes desafios são:

- Criar um Board de definição de uma visão estratégica nacional para a orientação profissional, que pela sua composição (instituições de ensino, de formação e empresariais) influencie as políticas de orientação profissional no sentido de conjugar as necessidades das empresas com as competências profissionais no sistema de formação
- Reforçar desde o primeiro grau de ensino formação competente em matemática, e introduzir formação em inglês, em literacia digital e em competências sociais básicas
- Adotar o contrato privado de formação, a celebrar de livre vontade entre a empresa e o trabalhador, com um prazo de amortização de 5 anos, comprometendo o trabalhador com a sua própria valorização



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- Integrar nos programas de formação uma componente prática ministrada em contexto empresarial
- Promover um programa de apoio financeiro às empresas que recrutem adultos com mais de 40 anos, incentivando a sua requalificação e reconversão
- Instituir o conceito e a prática da educação ao longo da vida
- Intensificar os programas de potenciação do sucesso educativo, de redução do insucesso escolar, e de combate ao abandono escolar, envolvendo mais a sociedade civil
- Reforçar a autonomia de gestão das escolas, reforçando as competências dos respectivos directores, exigindo-lhes resultados mensuráveis por avaliações regulares
- Instituir o contrato de igualdade
- Desjudicializar os despedimentos
- Criar a possibilidade de "opting out" das empresas em caso de manifesta falta de representatividade do contrato colectivo
- Adaptar a duração do subsídio de desemprego à duração dos cursos de formação



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Introdução

No âmbito do relatório, cumpre antes do mais salientar que foram prosseguidas duas opções: a) no conteúdo, a recomendação de medidas potenciadoras de uma estratégia séria de crescimento, embora nalgumas se reconheça a dificuldade da sua implementação política; (b) no tempo, a coabitação de medidas de curto prazo com outras de médio/longo prazo – não só porque estas começam sempre por aquelas, como também por um dos maiores obstáculos a uma estratégia séria de crescimento consistir exactamente na diferente duração dos calendários intervenientes (políticos, partidários, sindicais, económicos, financeiros).

Não obstante esses conhecidos obstáculos, também em sede de requalificação dos recursos humanos de que dispomos e de estimulação do emprego saudável necessário ao crescimento da economia se torna imperioso preconizar um Estado mais regulador e menos interventor, mais proactivo e eficaz – cujas acções e respectivos resultados sejam objecto de periódicas avaliações independentes.

Avaliações que sejam geradoras de uma maior responsabilização (“accountability”) do Estado pelos resultados das suas decisões - como também por parte de todas as instituições e agentes que operam nesses sectores.

Responsabilização que denuncie medidas de qualificação ou de emprego tomadas prioritariamente para as estatísticas, com a conseqüente delapidação de fundos tão característica dos países pobres.

Responsabilização que, rejeitando a tendência habitual das instituições e das empresas para correr atrás de subsídios, pelo contrário defenda um quadro estável de incentivos através de benefícios fiscais por investimentos cumpridos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Ambiente Institucional

Diagnóstico

A maioria das pessoas em Portugal ainda não se apercebeu de que estamos a viver uma mudança de paradigma na economia e na sociedade – tão mais complexa quanto a velocidade de mudança na economia é muito superior à velocidade de adaptação da sociedade a essa mudança.

A globalização, a economia digital, e a indústria 4.0 (a Quarta Revolução Industrial) fazem antever um ambiente institucional muito diferente, quer na estrutura e dimensão dos agentes económicos, quer na formação que estes vão requerer para os seus quadros, quer no conteúdo das relações de trabalho que vão cultivar.

Sobreviverá, e vencerá, quem tiver maior e mais rápida capacidade de adaptação à mudança – e aí as entidades públicas - o Estado em geral - serão seguramente as mais lentas, as menos competentes, as menos indicadas para promover a mudança – para a qual já partimos atrasados.

Acções

- # acabar com a tradição cultural de que um problema se resolve com uma lei, simplificando o sistema legislativo, e despoluindo a floresta legislativa da abundância, e muitas vezes da redundância, das regulamentações
- # desregular com urgência os constrangimentos legais às empresas - nomeadamente em sede de licenciamento de actividades e instalações, e registo de patentes e propriedade industrial - permitindo-lhes maior agilidade, indutora da inovação tecnológica e da concorrência
- # estabilizar a legislação corporativa em geral e a fiscal em especial
- # simplificar a burocracia administrativa e facilitar a relação dos agentes económicos com a administração pública
- # estudar as medidas de sucesso tomadas nos países das economias nossas mais directas concorrentes



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Competências

Diagnóstico

As mudanças disruptivas nos modelos de negócio da Quarta Revolução Industrial darão origem a especializações que não existiam há meia dúzia de anos atrás – calcula-se que 65% das crianças que entram hoje no ensino primário trabalharão em novos tipos de empregos que ainda não existem hoje.

Simultaneamente ao desenvolvimento tecnológico ocorrerão outros desenvolvimentos (sociológicos, políticos, demográficos) que produzirão quase equivalentes impactos no elenco de competências necessárias.

A maioria das competências técnicas e comportamentais requeridas pelas empresas, quer para os seus gestores quer para os seus trabalhadores, terão de se orientar predominantemente para a Matemática, a Computação, e o Engineering – essenciais às funções da produção industrial futura.

Tornar-se-ão também necessárias competências especializadas em comercialização de produtos e serviços, adequada à escala internacional e à sua inovação.

Nesta determinação urgente das competências a desenvolver devem ter papel preponderante as empresas, particularmente as transaccionáveis, e dentro destas as que detenham índices de maior sucesso.

Ações

- # criar um Board de definição de uma visão estratégica nacional para a orientação profissional, que pela sua composição (instituições de ensino, de formação e empresariais) influencie as políticas de orientação profissional no sentido de conjugar as necessidades das empresas com as competências profissionais no sistema de formação
- # incentivar a necessidade de formação contínua para todos os escalões etários e situações profissionais



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

reforçar desde o primeiro grau de ensino formação competente em matemática, e introduzir formação em inglês (francês ? como segunda língua), em literacia digital e em competências básicas sociais

disseminação no ensino secundário dos conteúdos de Inovação e Empreendedorismo, e criação de uma rede de FabLabs em articulação com a rede nacional e as redes universitárias

incentivar iniciativas que possibilitem aos jovens de diferentes graus de ensino o conhecimento do contexto real do trabalho, através de estágios, visitas ou outras formas desse conhecimento proporcionadas pelas empresas

Requalificação

Diagnóstico

Não menos importante que a situação muito grave do desemprego em Portugal é a perspectiva da gravidade, não quantificada, do emprego ainda existente mas sem futuro – do emprego ligado à máquina da sobrevivência de empresas também sem futuro.

Situação agravada por a maioria das acções de formação requalificativa estarem desfasadas das necessidades do mercado de trabalho presente, quanto mais futuro.

Requalificar os jovens é sem dúvida importante, mas não menos importante é requalificar os desempregados com mais de 35 anos – por representarem 2/3 dos desempregados e por a cada vez maior expectativa de vida fisiológica corresponder menor expectativa de vida profissional.

Acções

definir com rigor e de forma articulada e colaborativa o papel e a responsabilidade dos vários actores na formação profissional (IEFP, empresas, universidades e politécnicos)

definir um quadro de benefícios fiscais por investimentos em requalificação de sucesso comprovado



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- # especializar os programas de requalificação de acordo com as necessidades das empresas, a faixa etária dos formandos, e o seu grau de habilitações
- # adoptar o contrato privado de formação, a celebrar de livre vontade entre a empresa e o trabalhador, com um prazo de amortização de 5 anos, comprometendo o trabalhador com a sua própria valorização
- # integrar nos programas de formação uma componente prática ministrada em contexto empresarial
- # criar uma certificação independente das acções de formação
- # promover um programa de apoio financeiro às empresas que recrutem adultos com mais de 40 anos, incentivando a sua requalificação e reconversão
- # adequar a duração do subsídio de desemprego à duração da acção formativa

Funções do sistema educativo

Diagnóstico

“A educação de hoje é a economia de amanhã” (Andreas Schleicher, OCDE)

Desnecessário salientar a importância da educação na sociedade, e consequentemente a importância da boa gestão dos recursos orçamentais alocados ao sector da educação.

E lembrar igualmente o grave inconveniente da sucessão de reformas do ensino – cada governo, e por vezes cada ministro, cada reforma - , situação só ultrapassável por um acordo de princípios aceite por todos as forças e parceiros políticos, sociais e educativos para uma duração seguramente superior à de mais de uma legislatura.

O sistema educativo é um sistema global, que compreende todas as fases do ensino, do pré-escolar ao ensino superior e à ciência, quer de investigação quer a aplicada – todas as fases carecendo de um forte investimento de modernização e inovação, nomeadamente pela disseminação a todos os níveis de meios digitais.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Modernização que terá como princípio político determinante a desejável igualdade de acesso a todas as fases do sistema educativo, no mínimo irrevogável até ao fim da escolaridade obrigatória.

Acções

- # instituir o conceito e a prática da educação ao longo da vida, com dotações obrigatórias no orçamento de Estado
- # estender a cobertura do pré-escolar de 3 anos a todo o país
- # intensificar os programas de potenciação do sucesso educativo, de redução do insucesso escolar, e de combate ao abandono escolar, envolvendo mais a sociedade civil
- # desenvolver programas de capacitação das escolas e dos professores para a economia digital, nesses programas englobando os pais como componente essencial do processo educativo
- # reforçar a autonomia de gestão das escolas, reforçando as competências dos respectivos directores, exigindo-lhes resultados mensuráveis por avaliações regulares
- # a partir da autonomia de gestão, implementar uma efectiva avaliação descentralizada de todos os professores, com quotas obrigatórias e consequências efectivas na progressão na carreira
- # articular todos os níveis de ensino, mas sobretudo o superior, com os contextos empresariais adequados

Funcionamento do mercado de trabalho

Diagnóstico

A rigidez de raiz ideológica existente no nosso mercado de trabalho é indiscutivelmente uma das causas de debilidade da nossa economia – e esta é uma situação que só se perspectiva poder ser ultrapassada com um acordo de princípios aceites pelos parceiros sociais para uma duração sem dúvida superior à de mais de uma legislatura.

Se a situação já é extremamente grave no presente, mais grave ainda se tornará no futuro, não só com o agravamento demográfico da pirâmide etária, como com



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

as mudanças causadas pelas consequências da Quarta Revolução Industrial – que, segundo estudos recentes, destruirá centenas de milhões de empregos sem qualificação e criará apenas dezenas de milhões de empregos especializados.

Muito se deverá, contudo, fazer desde já, a começar por uma avaliação generalizada e independente das políticas activas de emprego, denunciando as que são implementadas com fins meramente estatísticos.

Para o rigor dessa avaliação importará ajustar, na lei e na prática, a representatividade sindical à sua implantação no mundo laboral, particularmente nas empresas privadas (menos de 10% dos trabalhadores sindicalizados).

Deixa-se ainda a sugestão de que a economia muito beneficiaria se a legislação laboral fosse a recomendada pela OCDE, ou mesmo a vigente na AutoEuropa.

Acções

- # fazer uma avaliação ponderada do custo/benefício das medidas activas de emprego e do custo/ benefício de redução dos encargos que incidem sobre o trabalho
- # concentrar nas políticas fiscais as medidas mais eficazes de criação e favorecimento do emprego, beneficiando fiscalmente o trabalho mais qualificado
- # instituir o contrato de igualdade
- # desjudicializar os despedimentos
- # criar a possibilidade de “opting out” das empresas em caso de manifesta falta de representatividade do contrato colectivo
- # reduzir a TSU para os jovens menos qualificados com o propósito de os recuperar para o mercado de trabalho
- # adaptar a duração do subsídio de desemprego à duração dos cursos de formação, favorecendo os incentivos ao regresso ao trabalho
- # estudar as vantagens de um sistema de vasos comunicantes entre a TSU patronal e a dos trabalhadores para combater a precariedade, aumentando a TSU patronal nos contratos a prazo e reduzindo-a nos contratos sem termo certo, assegurando a neutralidade financeira



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Descapitalização das empresas

Diagnóstico

Como se dizia atrás, não vale a pena esconder o volume não quantificado de desemprego futuro sustentado por empresas descapitalizadas e carecidas de profunda reestruturação.

Muitas dessas empresas não possuem condições futuras de concorrência e rentabilidade, estando a sua sobrevivência ligada a diversas máquinas que vão suprimindo – até quando ? – a sua insuficiente capitalização.

Esta situação generalizada de descapitalização das empresas limita à partida a sua capacidade de investimento, de recrutamento de talento, e de contribuição para muitas das medidas de emprego novo e de requalificação antes sugeridas.

Impõe-se, por conseguinte, acelerar o seu processo de reestruturação, condicionado, sem optimismos, à sua viabilidade futura em termos de mercado concorrencial.

Sobretudo, impõe-se, com realismo, não desperdiçar fundos para adiar mortes inevitáveis a prazo.

Acções

- # constituir um fundo de recapitalização de empresas com potencial viabilidade face à concorrência, nacional e internacional

- # criar um modelo de financiamento estreitamente ligado ao processo de reestruturação das empresas suas beneficiárias - onde colaborem empresas, universidades e organismos internacionais especializados

- # reformular, centrado nas empresas, o processo de recuperação e liquidação de empresas, com o objectivo de aproveitar activos e substituir os anteriores responsáveis

- # envolver os stakeholders na procura da solução e da substituição da gestão anterior, facilitando-lhes moratórias nos contratos colectivos de trabalho e outros ónus durante o período de reestruturação



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Plano Estratégico Nacional

A definição de um quadro de compromisso nacional a longo prazo – chame-se Plano Estratégico ou outra designação – é, antes de ser um problema económico ou social, um problema político.

Inútil elencar as dificuldades que se levantam à elaboração de tal plano e sobretudo à sua implementação, pois são de todos conhecidas.

Está este Grupo certo de que o Grupo de Trabalho I o fará com melhor qualidade e maior abrangência.

Não nos eximimos, contudo, a recordar que os antecedentes políticos não são recomendáveis, os interesses dos vários actores no processo são divergentes, e os respectivos tempos e calendários não garantem optimismo.